

Sergio Tadeu Gonçalves Muniz
(organizador)

Crescimento pró-pobre e políticas de distribuição de renda e de redução da pobreza no Brasil

© 2017 Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-la ou utilizá-la para fins comerciais.

Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>>.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C919 Crescimento pró-pobre e políticas de distribuição de renda e de redução da pobreza no Brasil. [Recurso eletrônico] / Sergio Tadeu Gonçalves Muniz, organizador. – Curitiba: EDUTFPR, 2018.

306 p.: il. color. ; 23 cm.

E-book disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>

ISBN: 978-85-7014-213-9 (E-book)

1. Brasil - Economia. 2. Renda - Distribuição. 3. Política Pública. 4. Pobreza. I. Muniz, Sergio Tadeu Gonçalves. II. Título.

CDD (22. ed.) 339.46

Bibliotecária: Tatiana Campos da Hora CRB-9/1854

Coordenação Editorial Camila Lopes Ferreira

Emanuelle Torino

Projeto Gráfico Vanessa Constance Ambrosio

Normalização Vitória Ricci

Camila Lopes Ferreira

Revisão Adão de Araújo

EDUTFPR

Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Av. Sete de Setembro, 3165

80230-901 Curitiba PR

<http://portal.utfpr.edu.br/editora/>

**PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
E REDUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL: O
PAPEL DA PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL E DA INCLUSÃO PRODUTIVA**

**Marcelo Rodrigues da Silva
Silvana Nakamori**





INTRODUÇÃO

Dentre as diversas políticas de distribuição de renda e redução da pobreza, a qualificação profissional se destaca no sentido de oportunizar o acesso ao mundo do trabalho, em ocupações que requerem determinados conhecimentos e que, por isso, tendem a ter uma remuneração superior à das ocupações que não exigem conhecimentos específicos.

No Brasil, a qualificação profissional tem uma longa história de acertos e erros, continuidades e descontinuidades e diferentes visões ao longo do tempo. Ainda que qualificação profissional tenha como foco a aprendizagem profissional, no Brasil, ela por vezes está ligada à educação profissional que, além do foco no ofício em si, também trata do aumento da escolaridade.

O objetivo do presente capítulo é descrever e analisar as principais políticas e ações públicas voltadas à qualificação profissional enquanto instrumentos de redução de pobreza no Brasil.

HISTÓRIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS NA EUROPA ATÉ O FIM DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (2002)

Desde os primórdios da qualificação profissional no Brasil até o fim do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), esta percorreu um caminho de evolução, de forma ora mais consistente, ora menos consistente. Para entendimento deste caminho, trata-se a seguir dos seguintes temas:

- a) ensino profissional: origem e evolução;
- b) os primeiros passos do ensino profissional no Brasil;
- c) evolução do ensino profissional no Brasil: das escolas de aprendizes artífices aos centros federais de educação tecnológica;
- d) qualificação profissional no Governo FHC.

O ENSINO PROFISSIONAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO

Segundo Manfredi (2002), a questão da educação profissional vem acompanhando as práticas humanas desde os períodos mais remotos da história, quando os humanos transferiam seus saberes profissionais por

meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição, passando conhecimentos e técnicas uns aos outros, de geração para geração.

Na visão de Nascimento (2007, p. 39, grifo do autor):

O ensino profissional, cujas origens situam-se em tempos remotos, é oriundo de um contexto em que graçavam duas concepções básicas e diferentes de ensino. Uma dirigia-se à educação formal e, por conseguinte, desfrutava de um certo carácter sistemático que, na Idade Média, deu origem aos colégios e universidades que hoje possuímos. **A outra concepção de ensino – com características progressivas, não sistemáticas, lentas e sem método – refere-se àquele destinado à aprendizagem de ofícios** e que ficou conhecido como aprendizagem medieval. Foi desta última que se derivou o ramo de ensino que conhecemos hoje como ensino profissional.

Segundo relata Nascimento (2007), a aprendizagem na Europa na Idade Média decorre, essencialmente, do desenvolvimento da atividade artesanal, cuja figura central era o **mestre de ofícios**, que passava o seu saber a seus aprendizes, que ficavam a maior parte do tempo com seus mestres, observando, ajudando e aprendendo até se tornarem eles mesmos os mestres.

Esse método era lento, quase individualizado e muito limitado, pois o trabalho, feito sob encomenda, era afetado pela demanda da comunidade, e a variedade dependia das necessidades locais e encomendas personalizadas, interrompidas por recrutamento militar ou epidemias. Assim, também, muito saber se perdeu, porque os maiores segredos não eram repassados dos mestres aos aprendizes.

Em vigor até meados do século XIX, este modo de ensino só começou a ser substituído com o início da industrialização, quando tem início o processo de aprendizagem por método.

É importante notar que os passos mais acelerados que se deram na evolução do processo de gerar, acumular e promover novas técnicas, novos métodos, novos materiais de instrução e meios capazes de permitir um maior e eficiente desenvolvimento do potencial humano foram e continuam sendo o produto ou resultado de uma série de eventos que exigiram (e ainda estão a exigir) a utilização máxima da capacidade de imaginação e criatividade da mente humana. Isso ocorreu em períodos de emergências ou naqueles em que a estabilidade das mudanças e as esperanças por um mundo e uma vida melhor estavam em perigo (NASCIMENTO, 2007, p. 44-45).

Nesse sentido, respondem pelo desenvolvimento do ensino eventos como: máquina a vapor, Ferrovia Transiberiana, divisão racional do trabalho com a produção em série, conflitos internacionais, conquista espacial, entre outros.

Durante sua trajetória, o ensino de ofícios recebeu diferentes contribuições para a evolução de seus métodos. Algumas das principais contribuições foram:

- a) Método Della-Vos (sistematização do processo de ensino);
- b) Método dos quatro Passos de Carles Allen (análise do trabalho, criação de material didático);
- c) Metodologia de Selvidge (divisão do ofício em duas categorias: unidades de operação e unidades de informação);
- d) Método de Fryklund (fusão da análise de Allen e Selvidge, tarefas e operações).

OS PRIMEIROS PASSOS DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL

O Brasil teve um cenário marcado pela escravidão no início do processo de qualificação profissional, o que acarretava desprestígio ao trabalho manual, conforme destaca Nascimento (2007, p. 64, grifo do autor):

As relações escravistas vigentes no período inicial de nossa história foram um fator inibidor no que concerne a força de trabalho livre e seu direcionamento para a produção artesanal e manufatureira. **O emprego de escravos nos diferentes ofícios (carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões, confeiteiros, entre vários outros) afastava aqueles denominados trabalhadores livres, pois estes não queriam ser confundidos com a mão de obra escrava e, portanto, declinavam do exercício das atividades profissionais que induziam a tal confusão.** Essa atitude era considerada da maior importância diante da tendência dos senhores (empregadores) de conceberem tudo (incluindo-se aí qualquer produtor subordinado ou até sob sua influência direta) como coisa ou algo de sua propriedade. Por esta e outras razões as então denominadas corporações ou irmandades de ofícios, que tão bem se desenvolveram e prosperaram em outros países, não conseguiram o mesmo sucesso no Brasil.

Diante desse panorama, quando se precisava de operários, principalmente para a Marinha ou outros ofícios de natureza militar, não havia gente disponível. A solução do Estado era a convocação compulsória e coerciva de homens livres, atingindo assim pessoas que socialmente ou politicamente não podiam oferecer resistência, os prisioneiros miseráveis e desvalidos de fortuna e os menores órfãos ou abandonados e desvalidos em geral.

Fonseca (1961, p. 68), refere que “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos de baixas categorias sociais”.

Assim relata Nascimento (2007, p. 65):

Foi nesse ambiente histórico e nesse contexto sócio, econômico, político e cultural de uma sociedade escravista, em que o trabalho e alguns homens eram considerados indignos, que o ensino profissional no Brasil deu seus primeiros passos. Para melhor compreendermos essa, situação, devemos lembrar que o trabalho era considerado, naquela época, por toda a sociedade, uma atividade marginal.

Queluz (2000, p. 17) reafirma esta questão:

Com o fim da escravidão e a instituição do mercado de mão-de-obra livre, tornou-se necessária a valorização do trabalho produtivo. Em uma sociedade imbuída da concepção negativa do trabalho, onde especialmente o trabalho manual era visto como degradante, dotá-lo de positividade não era uma tarefa simples.

Diante de todo esse cenário de atraso e penúria, o ensino profissional brasileiro nasceu sob o signo e o estigma da marginalização. Era imposto nas casas de correção pelo Estado e pelas elites sociais dominantes.

Coube aos jesuítas a tradição de educação de classes, que sobreviveu no Império, chegando à República, sem modificações significativas. Mesmo com a expulsão dos jesuítas, em 1759, a sua metodologia persistiu. Com a vinda da Família Real, criaram-se os primeiros cursos superiores e acirrou-se mais ainda o caráter elitista da educação.

Passamos neste período pelas Casas de Educandos Artífices e os Liceus de Artes e Ofícios.

EVOLUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL: DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES AOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

O início da qualificação profissional no Brasil se deu por meio da criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Sobre os princípios ideológicos da criação destas escolas, Nascimento (2007, p. 102) destaca:

No Brasil, o ensino profissional teve como pontos marcantes em suas características e em suas origens pelo menos dois princípios ideológicos: o primeiro deles diz respeito à sua destinação, pelo qual se procurou atender aos órfãos, aos carentes e aos desvalidos da fortuna; o segundo é o que se relaciona com a sua função, enquanto instrumento ou elemento de estabilização e de manutenção da ordem pública social. Atribui-se historicamente ao ensino profissional a função de fazer o homem ordeiro [...] Ainda que não nos seja possível aceitá-los à luz dos princípios sociológicos atuais, temos o dever de procurar entendê-los, pelo menos na sua forma inicial,

como ideologia dominante que serviu de pano de fundo para compor o cenário em que se deu a criação, a implantação e o desenvolvimento das escolas de aprendizes artífices.

Fundadas por Nilo Peçanha, enquanto presidente do Estado do Rio de Janeiro, das 5 primeiras Escolas de Aprendizes Artífices, 3 eram destinadas ao ensino de ofícios manufatureiros e 2 ao ensino agrícola.

A frase **O Brasil de ontem saiu das academias e o de amanhã sairá das oficinas** assinala o pensamento e a atuação do fundador do ensino profissionalizante brasileiro, o presidente Nilo Peçanha. Ele foi o líder e comandante desta marcha rumo ao futuro e ao desenvolvimento deste grande país (NASCIMENTO, 2007, p. 110, grifo do autor).

Em 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha, considerado o Pai do Ensino Profissional no Brasil, assinou o Decreto nº 7.566 (BRASIL, 1909), criando 19 Escolas de Aprendizes Artífices, as quais ficaram sob os cuidados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Queluz (2000, p. 32) ressalta:

[...] é importante perceber que as Escolas de Aprendizes Artífices representavam um papel estratégico no esforço de controle social das classes proletárias, de disciplinarização e definição do papel do menor. Era também uma instituição difusora dos valores republicanos, especialmente da ética do trabalho. Procurava atuar como consolidadora da nacionalidade através do trabalho produtivo, formador das riquezas da nação e da integração dos elementos potenciais de desordem social, os menores desvalidos e os estrangeiros, devidamente docilizados. Desempenhavam também uma função econômica fundamental na constituição de corpos úteis e produtivos para a sociedade capitalista, além do preparo específico para o desempenho de ofícios e funções industriais. Por fim, desempenhariam um papel importante na elaboração de um alfabetismo técnico que traduzisse, para o ensino profissional, o nível de desenvolvimento social e industrial do país.

Passado o momento da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, a sociedade brasileira evolui a partir do processo de industrialização e urbanização, o que reflete na política para o ensino profissional, conforme destaca Nascimento (2007, p. 185):

O processo de industrialização e urbanização, iniciado pouco antes dos anos de 1920, paulatinamente toma corpo, e o seu volume e a sua importância impulsionam as transformações e melhorias no sistema de ensino profissional promovidas antes e principalmente durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Foi um período em que, se por um lado tivemos mudanças no perfil e na abordagem econômica (as ideias tayloristas, a influência do Instituto de Organização Racional

do Trabalho – IDORT), por outro aconteceram mudanças ideológicas e políticas expressas na Constituição de 1937, na Lei Orgânica de Ensino, promulgada em 1942, bem como o restante da legislação que materializou as reformas e as mudanças conduzidas pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, e, inclusive, a criação do Sistema Nacional de Ensino Industrial (SENAI).

A intervenção do estado nesse momento não teve preocupação de romper com o caráter dual e elitista do ensino brasileiro, o qual permaneceu a transparecer essas características da sociedade colonial. De um lado, o ensino profissional para os menos favorecidos e, de outro, o ensino secundário propedêutico para os mais favorecidos.

Essa característica dualista pode ser representada pelo fato de que aos estudantes de cursos profissionalizantes não era permitido migrar para a série correspondente do curso secundário.

Após um novo período de evolução da sociedade brasileira, novamente o ensino profissional é reformulado, conforme destaca Nascimento (2007, p. 225):

O ensino industrial foi novamente reformulado, em 1959, e dentre as consequências das modificações, então, estabelecidas, verificamos que o primeiro ciclo deixou de ter como objetivo o ensino completo de um ofício que requeresse uma formação profissional mais longa e passou a ser um curso com características do primeiro ciclo do curso secundário, embora com orientação técnica.

Relata Nascimento (2007) que, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961), passou a ser denominado **ginásios industriais**. Nesse momento, introduziram-se atividades de sondagem vocacional e originou-se o **ginásio orientado para o trabalho**. Em 1971, os ramos profissionais do primeiro ciclo do ensino médio fundiram-se ao secundário e, desses, todos ao curso primário, o que deu origem ao ensino de primeiro grau, chamado de **ensino fundamental**.

Com a reformulação do ensino industrial, as escolas industriais, advindas das escolas de aprendizes artífices, passaram a oferecer cursos técnicos em nível de segundo grau, com duração de 4 anos. Quem cursasse 3 anos recebia o certificado de conclusão do ensino médio de segundo grau; ao cursar 4 anos, recebia o certificado de técnico de nível médio. Dessa maneira as escolas industriais tornaram-se escolas técnicas.

As escolas mantidas pelo sistema federal passaram a ser denominadas escolas técnicas federais. As mantidas pelo estado passaram à condição de colégios secundários, seus cursos industriais extintos e substituídos por cursos ginasiais e científicos do ensino secundário.

Como todos os estados contavam com pelo menos uma escola federal, esta passou a ter unidades descentralizadas em torno de 1980/90, compensando a ausência de ensino profissional no país.

Com esta medida, a sociedade brasileira elegeu o ensino secundário, dito propedêutico, para a educação de seus filhos. Assim, o ensino profissional foi marginalizado pela sociedade, salvaguarda feita aos cursos de magistério, do Colégio Militar e alguns de Contabilidade.

A Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971) implantou a reforma do ensino médio no país. Ao primeiro grau, ficou a educação geral; ao segundo, a profissionalização. Os efeitos atribuídos a ela é que eliminou qualquer chance de profissionalização no primeiro grau e não profissionalizou o segundo grau.

É dentro deste contexto que são criados os Centros Federais de Educação Tecnológica.

Decidida a extinção dos cursos de Engenharia de Operação, o então ministro de Educação e Cultura, Ney Braga, determinou ao doutor Euro Brandão, seu secretário geral, que nomeasse uma comissão para transferir os cursos de Engenharia de Operação das escolas técnicas federais para as escolas de Engenharia das universidades federais existentes em cada um dos respectivos estados onde esses cursos foram implantados e funcionavam. A decisão tomada era impositiva no sentido de que a legislação das escolas técnicas não fosse alterada, uma vez que fora essa a posição do DEM, apoiado em decisão unânime de todos os diretores das escolas técnicas federais (NASCIMENTO, 2007, p. 321).

Depois de muito trabalho, de algumas comissões, enfim em 30 de junho de 1978, o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei nº 6.545 (BRASIL, 1978), criando os centros federais de educação.

Na análise de Nascimento (2007), apesar de todos os problemas técnicos, de natureza política e até de interesses pessoais, o projeto foi vitorioso e o ensino industrial deu um passo à frente.

Com o fomento das políticas de expansão e desenvolvimento do ensino técnico e tecnológico, a partir dos anos 1990, foram criados programas de construção e ampliação da rede de escolas técnicas, o que beneficiou o interior dos estados e, por conseguinte, o país.

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO GOVERNO FHC

O Governo FHC realizou reformas em diversas áreas governamentais sob a ótica neoliberal, não sendo diferente na educação profissional. Segundo Sacristan (1996), na época, uma das críticas mais frequentes ao sistema

educacional, feita a partir dos interesses dominantes, é a de seu desajuste em relação ao sistema de mercado.

Nesse sentido, o Governo FHC lança o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), visando contribuir para a redução do desemprego e do subemprego e combater a pobreza e a desigualdade social. Esse plano se fortaleceu dentro do vazio deixado pelas reformas na educação profissional conduzidas pelo Governo FHC, com base em estudos e recomendações de organismos internacionais que viam na educação um papel essencial para o crescimento econômico e para a redução da pobreza. Dessa forma, o plano atende ao aspecto essencial de ajustamento às transformações do trabalho/emprego, cada vez mais rápidas e constantes (PEIXOTO, 2008).

O PLANFOR teve como estratégia de implementação a descentralização das atividades, a conjunção de recursos públicos, privados e externos, e a participação de múltiplos atores. Conforme Peixoto (2008), a partir desta estratégia inovadora foi constituída uma rede de educação profissional composta por seis grandes agências formadoras:

- a) sistema de ensino técnico federal, estadual e municipal;
- b) universidades públicas e privadas;
- c) entidades do Sistema S;
- d) sindicatos de trabalhadores;
- e) escolas e fundações de empresas;
- f) organizações não-governamentais;
- g) rede de ensino profissional livre.

O público-alvo do programa eram as pessoas desempregadas, em risco de desemprego, micro e pequenos empresários, pessoas consideradas mais vulneráveis e populações em risco ou inseridas no mercado informal em condições precárias (PEIXOTO, 2008).

Durante sua implementação, o PLANFOR foi monitorado e avaliado com o foco de verificar a melhoria das condições de empregabilidade do trabalhador, ou seja, o aumento das chances de acesso e permanência no mercado de trabalho, fornecendo subsídios para possíveis correções de rota. O PLANFOR alcançou os seguintes resultados entre 1995 e 2001: atendimento nos programas de qualificação (15,3 milhões de trabalhadores); crescimento significativo do volume de recursos disponibilizados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (R\$ 28 milhões em 1995 para R\$ 493 milhões no ano de 2001) (PEIXOTO, 2008).

Contudo, o grande destaque da política de educação profissional do Governo FHC foi a separação entre o ensino médio e técnico, por meio

do Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), duramente criticado pelas forças progressistas da sociedade brasileira (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA NO GOVERNO LULA (2003-2010)

Eleito sob o mote **a esperança venceu o medo**, o Governo Lula traz em seu bojo a expectativa de grande parte da população em mudanças progressistas em diversos setores do país. Na área da educação profissional, qualificação profissional e inclusão produtiva, a expectativa por mudanças também era grande e foi em grande parte atendida mediante ações encabeçadas tanto pelo Ministério da Educação (MEC) quanto pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Quanto à educação profissional, o Governo inicia suas ações com o retorno da possibilidade da integração dos ensinos médio e técnicos. Após, passa a trabalhar com programas focais até a criação dos Institutos Federais, com a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e a expansão desta rede.

Tavares (2012) assinala que a Lei nº 8.948 (BRASIL, 1994) (que trata do Sistema Nacional de Educação Tecnológica), em seu § 5º do art. 3º, onde se lia que a expansão da oferta da educação profissional por parte da União **somente** poderia ocorrer em parceria, através da Lei nº 11.195 (BRASIL, 2005), passou-se a ler **preferencialmente**. Assim, o Governo Lula, após anos de congelamento da expansão da rede federal, iniciou uma nova fase. Esta Lei é considerada um marco histórico, pelo fato de possibilitar legalmente a retomada da expansão da rede.

Quanto à qualificação profissional e inclusão produtiva, o Governo lançou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), visando integrar as políticas de emprego, trabalho, renda e educação.

A seguir, abordam-se alguns dos principais pontos do Governo Lula no tocante a educação profissional, qualificação profissional e inclusão produtiva.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Na área de educação profissional, o Governo Lula se propôs a reconstruí-la como política pública e a corrigir distorções de conceitos e práticas advindos do Governo anterior. O maior exemplo de correção se dá mediante a revogação do Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), que torna novamente possível a integração dos ensinos médio e técnico. Contudo, o próprio Ministério da

Educação inicialmente opta por programas focais em aparente contradição ao compromisso assumido com a sociedade na proposta de Governo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), como o Programa Escola de Fábrica, Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com Educação Profissional, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) Urbano e PROJOVEM Trabalhador.

O programa Escola de Fábrica foi implementado a partir de 2005, mediante o modelo de parceria público-privada na oferta de formação técnica de jovens em cursos de qualificação profissional. O projeto envolvia a União e empresas e indústrias de todo o país. O público-alvo eram jovens entre 16 e 24 anos matriculados na educação básica e com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Outro programa ofertado no Governo Lula foi o PROJOVEM, lançado em 2005, fruto de parcerias de diversos ministérios. O público-alvo eram jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta e não a oitava série e que não tinham vínculos formais de trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Em 2007, é criado o PROJOVEM Trabalhador e o PROJOVEM Urbano, a partir da integração de outros programas federais (BARBOSA, 2011).

Certamente, houve crítica a esses dois programas, Escola de Fábrica e PROJOVEM, por retomarem, em alguma medida, o fundamento que esteve na origem da educação profissional no início do século XX: a formação de mão de obra necessária ao desenvolvimento econômico e a educação do jovem trabalhador para a divisão social do trabalho.

Também em 2005, o Ministério da Educação (MEC) lançou o PROEJA, com o qual passou a destinar um percentual das vagas oferecidas pela rede federal para jovens acima de 18 anos e adultos com apenas o ensino fundamental. A oferta poderia se dar mediante cursos de formação inicial e continuada ou habilitação técnica. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que, com o reconhecimento dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) como instituições de ensino superior, a oferta de ensino médio seria prejudicada em prol da oferta de ensino superior e, nesse contexto, a instituição do PROEJA tenderia a ter fundamentos mais corporativos do que ético-políticos, tanto para a Rede Federal EPCT quanto para a Secretaria de Educação profissional e tecnológica do MEC. Some-se a isso o fato que a cultura do trabalho simples e da baixa escolaridade dos trabalhadores, cultura essa que esteve na origem das Instituições Federais, havia muito fora superada pela cultura do trabalho complexo, de base científico-tecnológica, e pela relação pedagógica com jovens em idade escolar.

A Evolução do Ensino Profissional no Governo Lula: da Criação da Universidade Tecnológica aos Institutos Federais

Dentro deste novo contexto proposto pelo Governo Lula para o ensino profissional, o ensino técnico ultrapassa o ensino fundamental e técnico para também compor o ensino superior, denominado então ensino tecnológico.

Essa foi, de fato, a grande e definitiva revolução jamais acontecida no ensino profissional brasileiro. Foi essa mudança a responsável pela maior conquista do nosso ensino profissional nestes 100 anos de existência ou de sua trajetória que vai do ensino de ofícios à universidade tecnológica, passando da educação profissional à educação tecnológica (NASCIMENTO, 2007, p. 281-282).

De fato, a partir da instituição CEFET-PR, é criada, em 2005, por intermédio da Lei nº 11.184 (BRASIL, 2005), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), coroando a história do ensino profissional até então.

Contudo, três anos após a criação da UTFPR, o Governo altera a estratégia para a educação profissional e, no final de 2008, por intermédio da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), cria os Institutos Federais e institucionaliza a Rede EPCT. Os institutos federais, em sua maioria, advêm da transformação das escolas técnicas federais existentes, unidas para criar novas autarquias. A Lei inova ao determinar porcentagem de oferta de vagas de cada instituição para dois setores carentes de formação, a saber: 50% das vagas para cursos técnicos, prioritariamente na forma de cursos integrados, e 20% para cursos de licenciatura com vistas à formação de professores de educação básica.

Dessa forma, o Governo Lula, que desde seu início deu mostras da importância da educação profissional, em 2008, lança seu projeto nacional para o setor e, ato contínuo, realiza uma grande expansão da Rede EPCT. Dados do MEC dão conta de que, em 2002, o número de escolas técnicas era de 140 e, no encerramento do Governo, em 2010, o número chegou a 366 escolas, o que representa um aumento superior a 250% (BRASIL, 2013a). O mapa do Brasil após a expansão da Rede EPCT ficou configurado conforme demonstra a Figura 1.

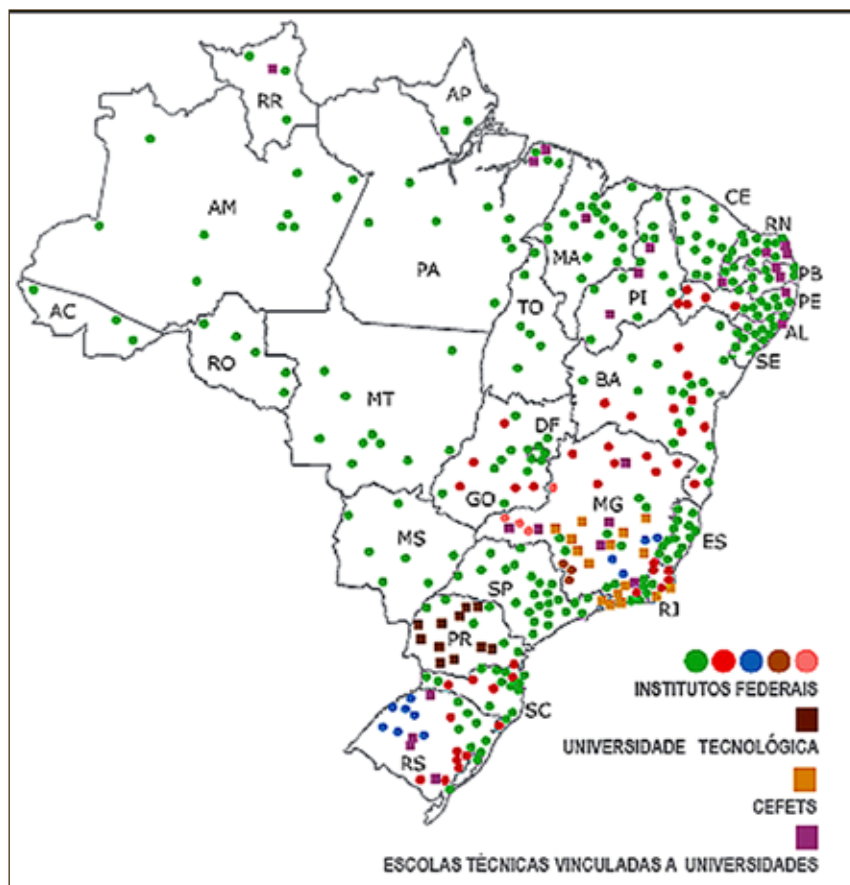


Figura 1 – Rede EPCT em 2010

Fonte: Brasil (2013a).

A primeira fase dessa expansão teve como objetivo a implantação dos Institutos Federais em estados ainda desprovidos destas instituições, além de unidades em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos distantes dos grandes centros. A segunda fase teve como objetivo a implantação dos Institutos em cidades-polo e utilizou como critérios (TAVARES, 2012, p. 13):

- (i) distribuição territorial equilibrada das novas unidades;
- (ii) cobertura do maior número possível de mesorregiões;
- (iii) sintonia com os Arranjos Produtivos Locais;
- (iv) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- (v) identificação de potenciais parcerias.

Tavares (2012) destaca que a expansão foi possível em virtude do cenário político, econômico e social do Brasil, fruto da relativa estabilidade econômica,

de forma que a educação profissional assume o papel de promoção do desenvolvimento do país por meio da oferta de ensino, pesquisa e extensão em alinhamento com os Arranjos Produtivos Locais; a formação de professores, em especial na área de ciências, e a formação de técnicos, tecnólogos e engenheiros em setores estratégicos da economia nacional.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO

O PNQ foi lançado pelo Governo Lula em substituição ao PLANFOR, oriundo do Governo FHC. As principais diretrizes do PNQ foram:

- h) o desenvolvimento político-conceitual;
- i) a articulação institucional;
- j) a efetividade social e política;
- k) a qualidade pedagógica.

Assumindo como público os trabalhadores sem ocupação, rurais, autônomos, domésticos, egressos do sistema penal, beneficiários de políticas de inclusão social, entre outros, o programa teve sua implementação de forma descentralizada, por meio de dois mecanismos distintos e complementares: os Planos Territoriais de Qualificação (PLANTEQS) que contemplam projetos e ações de qualificação social e profissional circunscritos a um território (unidade federativa, mesorregião, microrregião ou município) e os Projetos Especiais de Qualificação (PROESQS), que contemplam a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinadas a populações específicas ou abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das Políticas Públicas de Qualificação e de sua gestão participativa, implementados em escala regional ou nacional.

Assim, os Planteqs foram realizados em parceria com os Governos Estaduais e/ou municipais, e os PROESQS em parceria com entidades regionais ou nacionais (BRASIL, 2003).

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA NO GOVERNO DILMA

O Governo Dilma foi eleito como continuidade do Governo anterior e, no tocante à educação profissional, qualificação e inclusão produtiva eram esperadas a ampliação dos programas e políticas herdadas da era Lula. Contudo, o que se viu foi o lançamento de um grande programa de oferta de educação profissional e tecnológica denominado Programa Nacional

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que serviu como um guarda-chuva para programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira na supracitada área.

PRONATEC

Em 2011 foi instituído, por intermédio da Lei nº 12.513 (BRASIL, 2011), o Pronatec. Tinha como objetivos (art. 1º):

- I – expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV – ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V – estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Uma característica importante do Pronatec é a especificação dos públicos-alvo do programa que visa atuar efetivamente na redução da pobreza e na inclusão produtiva (BRASIL, 2011).

O Pronatec desenvolve as seguintes iniciativas (BRASIL, 2013b):

- a) expansão da rede federal: dando sequência à expansão da Rede EPCT iniciada no Governo anterior, com o Pronatec o objetivo é atingir 562 unidades em 2014, gerando 600 mil vagas;
- b) Programa Brasil Profissionalizado: tem por objetivo a ampliação da oferta e o fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal. Com o Pronatec, até 2014 o programa conveniará recursos em um montante de R\$ 1,8 bilhão aos estados e municípios (BRASIL, 2013c);
- c) Rede e-Tec Brasil: tem como finalidade a oferta gratuita de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. Podem compor a rede e-Tec Brasil as instituições da Rede Federal de EPCT; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR

- e SENAT); e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino;
- d) Acordo de Gratuidade com os serviços nacionais de aprendizagem: firmado inicialmente em 2008, tem por objetivo a ampliação da gratuidade dos cursos oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem. O Pronatec renovou o acordo para sequência da ampliação progressiva da oferta de vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores nos cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional ofertadas pelo Sistema S;
 - e) Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico e Empresa: o FIES Técnico tem como objetivo financiar, de maneira individual, cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem. O FIES Empresa objetiva financiar as empresas no custeio da formação inicial e continuada de seus trabalhadores, inclusive no local de trabalho;
 - f) Bolsa Formação: além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o Pronatec criou a Bolsa Formação, por meio da qual serão oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Assim, o Pronatec atua envolvendo diversos atores e consolida a expansão da rede de educação profissional, conforme havia previsto Nascimento (2007, p. 409-410):

Atualmente a rede de ensino profissional se expande de forma vertiginosa por todo o país. Nela se assinala a presença dos Governos Federais, estaduais e municipais, além dos sistemas empresariais representados pelas redes do chamado sistema S (Senai, Senac, Sesi, Sesc, Senar, etc.), tão tradicional quanto o próprio sistema federal, [...], e por inúmeras escolas particulares.

Contudo, como efetiva novidade, o Pronatec criou a Bolsa Formação e o FIES Técnico, visto que as outras ações já vinham sendo executadas de forma autônoma. A forma de organização do programa, que funciona com parcerias entre o Governo Federal, Governos Estaduais, Instituições Federais, Sistema S e empresas dificulta o levantamento de dados, não sendo possível até o momento aferir o sucesso ou não do programa. Contudo, Tavares (2012) afirma que o programa tem sofrido críticas em especial pela possibilidade de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada.

RESUMO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DE 1909 A 2011

A história vista sobre a educação profissional no Brasil, do seu início oficial em 1909 até o ano de 2011, pode ser resumida, conforme o Quadro 1.

O ensino profissional, desde a sua criação, sofreu várias modificações, adequações, remodelações. Segundo Nascimento (2007), passados mais de 100 anos de história, o ensino profissional brasileiro evoluiu do ensino de ofícios, da artesanaria, do ensino de manufaturas e da formação dos operários e da força de trabalho nacional, para o ensino industrial e agrícola, para o ensino técnico industrial e agrotécnico, para o ensino profissional de nível técnico e tecnológico e, finalmente, para o ensino superior tecnológico, para a pesquisa e para o desenvolvimento.

Ano	Educação profissional no Brasil
1909	O Decreto nº 7566 (BRASIL, 1909), sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo no início da Industrialização do Brasil A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão de obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio Surgimento do chamado Sistema S

Ano	Educação profissional no Brasil
1942	Criação do SENAI (S pioneiro) Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial
1946	Criação do SENAC, do SESC e SESI Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola
1990	Criação do SENAR, do SENAT, do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do SEBRAE
1996	A LDB estende ao poder público a obrigatoriedade de oferta de Ensino Médio, na qualidade de um direito do cidadão Lei nº 9394 (BRASIL, 1996) coincide com a ascensão do neoliberalismo, e as reformas educacionais são realizadas sob a orientação e apoio financeiro de organismos internacionais, assim orientou-se prioridade no ensino fundamental com complementação de cursos de curta duração de qualificação profissional, a educação profissional deverá ser repassada à esfera privada
1996	O Planfor teve como objetivo principal o desenvolvimento de ações de educação profissional, buscando contribuir para a redução do desemprego e subemprego da População Economicamente Ativa (PEA); combater a pobreza e a desigualdade social; assim como elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo O Planfor teve sua vigência até o ano de 2002
1997	Decreto nº 2208 (BRASIL, 1997) – separação entre o ensino médio e técnico, no Governo FHC
2003	Revogação do Decreto nº 2208 (BRASIL, 1997), tornando novamente possível a integração dos ensinos médio e técnico O PNQ foi lançado pelo Governo Lula em substituição ao Planfor, oriundo do Governo FHC As principais diretrizes do PNQ foram: a) o desenvolvimento político-conceitual; b) a articulação institucional; c) a efetividade social e política; d) a qualidade pedagógica. O programa teve sua implementação de forma descentralizada, por meio de dois mecanismos distintos e complementares: os PLANTEQS e os PROESQS

Ano	Educação profissional no Brasil
2005	Programa Escola de Fábrica, mediante o modelo de parceria público-privada na oferta de formação técnica de jovens em cursos de qualificação profissional PROJOVEM, público-alvo foram jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série e não a oitava série e que não tinham vínculos formais de trabalho O MEC lançou o PROEJA ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos através do qual passou a determinar um percentual das vagas oferecidas pela rede federal para jovens acima de 18 anos e adultos com apenas o ensino fundamental A oferta poderia se dar mediante cursos de formação inicial e continuada ou habilitação técnica A partir da instituição CEFET-PR, é criada por intermédio da Lei nº 11184 (BRASIL, 2005), a UTFPR, coroando a história do ensino profissional
2007	Criados o PROJOVEM Trabalhador e o PROJOVEM Urbano, a partir da integração de outros programas federais
2008	O Governo altera a estratégia para a educação profissional e, no final de 2008, por intermédio da Lei nº 11892 (BRASIL, 2008), cria os Institutos Federais e institucionaliza a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
2011	Foi instituído, por intermédio da Lei nº 12513 (BRASIL, 2011), o Pronatec, que desenvolve as seguintes iniciativas: expansão da rede federal; programa Brasil profissionalizado; rede e-Tec Brasil; acordo de gratuidade com os serviços nacionais de aprendizagem; FIES técnico e empresa; bolsa-formação

Quadro 1 – Síntese do histórico da educação profissional no Brasil

Fonte: Adaptado de Wittaczik (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que as políticas de distribuição de renda e redução da pobreza constituem desafios para os países no século XXI, sobretudo aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que apresentam grandes desigualdades sociais e é neste cenário que a qualificação profissional e a inclusão produtiva passam a ser políticas estratégicas para o Estado.

A superação da pobreza continua a ser desafio premente para a maioria dos nossos países a partir da segunda década do Século XXI. As desigualdades são profundas e persistentes na educação, na saúde, no estado de nutrição, na renda e no acesso a serviços e direitos básicos (água, infraestrutura sanitária, habitação e transportes). Políticas de educação e de inclusão socioprodutiva – sobretudo as políticas definidas em caráter de alta prioridade para melhorar o acesso, a cobertura e a qualidade do ensino público –, com destaque para a área de capacitação e qualificação profissional, são chaves para a redução da pobreza, promoção da igualdade e edificação de sociedades includentes. Todavia, encontram limites quando

não incorporam e integram em sua abrangência o diálogo com o enfrentamento do problema da exclusão e das desigualdades socioterritoriais na articulação e sinergia entre políticas sociais e econômicas (COELHO; TAPAJÓS; RODRIGUES, 2010, p. 19-20).

Desse modo, no Brasil a história da qualificação profissional tem como origem a educação para os mais pobres e assim se manteve com curtos períodos em que se afastou desta missão original.

A partir do Governo FHC, passando pelo Governo Lula e até os dias atuais, a política de oferta de educação profissional tem sido implementada através de parcerias entre as diversas instâncias governamentais, sistema S e iniciativa privada, o que permite uma maior capilaridade das ações, em especial a interiorização da oferta de educação profissional. Por outro lado, as parcerias dificultam a obtenção de dados consolidados que permitam avaliar os programas executados e comparar se os resultados planejados foram alcançados.

Uma crítica recorrente à educação profissional brasileira é a ausência de caráter emancipatório visto que o papel das reformas educacionais e dos programas compensatórios é garantir espaços para que as populações menos favorecidas tenham acesso à qualificação necessária para melhor se adequar às funções que lhe cabem na divisão do trabalho.

De qualquer forma, a vinculação entre o ensino profissional e a redução da pobreza não é algo simples de estabelecer ou mesmo mensurar.

A própria questão do desemprego não é um fenômeno causa-efeito simples, pois envolve todo o contexto econômico. Diante desse fato, Silva (2010, p. 22) afirma:

A partir da pesquisa realizada, podemos afirmar que frequentar um curso técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, muitas vezes, não é determinante para o ingresso no mercado de trabalho. Do mesmo modo, acreditamos que apontar a falta de qualificação profissional como a principal causa do desemprego é uma análise reducionista e estratégica feita frequentemente pelo Estado e pelos representantes dos empresários.

Contudo, ainda que não se tenha dados consolidados sobre os programas focais desenvolvidos, a expansão da rede federal traz um cenário favorável para a educação profissional mesmo considerando que os frutos do investimento em educação são colhidos a longo prazo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, C. S. Limite e possibilidades da qualificação profissional de jovens trabalhadores no governo Lula. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Seção 1, p. 4-5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 1909. Seção 1, p. 6975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2013.
- BRASIL. Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 out. 2005. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/L11184.htm>. Acesso em: 23 jan. 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2005. Edição extra. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011. Seção 1, p. 1-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 03 ago. 2013.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6377. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 jul. 1978. Seção 1, p. 10233. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 dez. 1994. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1-9. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 jan. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil Profissionalizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663>. Acesso em: 25 jul. 2013c.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pronatec**. Disponível em: <pronatec.mec.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2013a. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/images/img/mapa.png>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Plano Nacional de Qualificação**. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

COELHO, M. F. P.; TAPAJÓS, L. M. S.; RODRIGUES, M. **Políticas sociais para o desenvolvimento**: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001907/190752por.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI, 1961.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, O. V. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2007.

PEIXOTO, P. E. **Do PLANFOR ao PNQ**: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Do%20PLANFOR%20ao%20PNQ.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

QUELUZ, G. L. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: CEFET-PR, 2000.

SACRISTAN, J. G. Escolarização e cultura: a dupla determinação. In: SILVA, L. E. (Org.). **Reestruturação curricular**: novos mapas culturais novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 58-74.

SILVA, L. P. Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). **História**, v. 29, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000100022&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 jul. 2013.

TAVARES, M. G. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_08_10_177-6475-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2013.

WITTACZIK, L. S. Educação profissional no Brasil: histórico. **E-Tech**: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_d5JYrhvzOMJ:revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26/21..%26sa%3DU%26ei%3DOa6MU8vQKMa0O6jggNAK%26ved%3D0CDQQFJA E%26usg%3DAFQjCNFu4MfINM0H8QmAyghcKMgyM2WDdQ+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 05 abr. 2017.

